

# Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais

Genauto Carvalho de França Filho\*

## Resumo

Este texto propõe uma apreciação conceitual dos termos terceiro setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular, tendo como objetivo estabelecer a fronteira, em termos de significado particular, entre essas várias noções. Parte-se do pressuposto de que a compreensão precisa de cada termo implica reconhecer o discurso específico elaborado em torno deles. Dessa forma, a discussão proposta considera como relevante o conhecimento do próprio contexto ou lugar socio-histórico onde foram formulados cada um desses conceitos.

**Palavras-chave:** Terceiro Setor, Economia Solidária, Economia Popular, Economia Social.

## Abstract

*This text proposes a conceptual appreciation of the terms third sector, social economy, solidary economy and popular economy, with the objective of establishing a borderline in terms of the particular meaning of those several notions. We take from the understanding that a precise comprehension of each term implies the recognition of the specific discourse which is built around them. Thus, the proposed discussion considers as relevant the recognition of the context itself or the social-historical place in which each of these concepts have been formulated.*

**Key-words:** Third Sector, Solidary Economy, Popular Economy and Social Economy.

Se levantássemos uma indagação acerca do que existe em comum entre as expressões terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular (e poderíamos acrescentar ainda aquela de economia informal), talvez a resposta mais evidente fosse sua referência a um espaço de vida social e de trabalho intermediário entre as esferas do Estado e do mercado. Esses vários termos fariam assim alusão a um espaço de sociedade recentemente percebido também como lugar de produção e distribuição de riqueza, portanto, como mais um espaço econômico, isto é, lugar de geração de emprego e renda. Entretanto, quando nos perguntamos sobre a distinção entre essas noções, dificilmente

alguma certeza aparece possível como resposta.

De fato, as confusões terminológicas em torno desses termos parecem abundantes nos modos comuns pelos quais são percebidos, seja no debate acadêmico (que ainda se encontra incipiente, pela ausência de um número maior de pesquisas mais exaustivas sobre esse assunto), ou mesmo, e principalmente, fora dele. Em meio a tal confusão, o termo terceiro setor tem aparecido com mais destaque publicamente, dada sua vulgarização tanto na mídia quanto nos mais diversos fóruns institucionais, não só no plano nacional como também internacionalmente.<sup>1</sup> Não sem razão, ao designar um vasto con-

\* Genauto Carvalho de França Filho é doutor em Sociologia (Univ. Paris VII), mestre e graduado em Administração. Professor da Escola de Administração da UFBA e do seu Programa de Pós-Graduação (NPGA) e pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais (NEPOL). genauto@ufba.br

<sup>1</sup> No plano internacional, vale ressaltar que essa expressão, mais recentemente, é adotada também pela Comissão Européia, com o emprego do termo *troisième secteur*, que se inspira em trabalhos italianos, particularmente os de C. Borzaga, *Il terzo sistema: una nuova dimensione della complessità economica e sociale*. Padova: Padova Fondazione Zancan, 1991; conforme nos lembram Eme e Laville (2000a).

junto de organizações que não dizem respeito nem ao setor privado mercantil nem ao setor público estatal a expressão terceiro setor adquire um alcance tão amplo que tendemos a rebater sobre seu significado o sentido de alguns termos aparentemente correlatos, tais como economia solidária ou economia social. Um tal modo de percepção representa sem dúvida um equívoco, pois não permite a apreensão precisa do significado específico que comporta cada uma dessas noções.

Com efeito, diferenças importantes subjazem às noções de terceiro setor, de economia solidária, de economia social e de economia popular (e ainda àquela de economia informal), ligadas não somente aos diferentes contextos sociopolíticos em que emergiram esses termos, mas também a interpretações distintas acerca do papel que desempenham essas práticas e/ou iniciativas na sociedade, especialmente no que se refere ao lugar que elas devem ocupar em relação às esferas do Estado e do mercado. Dito de outro modo, as diferenças entre esses termos estão relacionadas à construção de um discurso próprio (a cada um deles). Tais discursos vinculam-se, evidentemente, aos seus respectivos contextos específicos de realidade. Importa, assim, entender em que lugar socio-histórico se constróem essas categorias e qual o significado particular que acompanha a origem dessas formulações/conceitos/noções. Essa é, a nosso ver, uma condição indispensável, para o entendimento das diferenças entre esses termos. Examinemos portanto, a seguir, cada uma dessas noções, buscando sublinhar o tipo de formulação discursiva sugerida, que se encontra associado a contextos específicos de sociedade: respectivamente, aqueles da América do Norte, da Europa e da América Latina.

### **O TERCEIRO SETOR – UMA NOÇÃO CARA AO CONTEXTO NORTE-AMERICANO**

O termo terceiro setor, por exemplo, é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, particularmente impregnada pela idéia de filantropia. Essa abordagem identifica o terceiro setor ao universo das organiza-

ções sem fins lucrativos (*non-profit organizations*). No formato jurídico, o *non-profit sector*, também conhecido como *voluntary sector*, é particularmente ligado ao contexto norte-americano, no qual a relação com uma tradição de Estado social não aparece como primordial na sua história. Com o uso deste termo, a ênfase fundamental é posta em certas características organizacionais específicas, observadas sob um ângulo de visão funcionalista. Tal como consideram

Salomon e Anheier (1992), no interior desse campo (*non-profit sector*) as organizações apresentam cinco características essenciais: elas são formais, privadas, independentes, não devem distribuir lucros e devem comportar um certo nível de participação voluntária.

Ao acrescentarmos a esses cinco traços dois outros – as organizações não devem ser políticas (no sentido restrito do termo, isto é, excluem-se os partidos políticos) e

nem confessionais (ou seja, exclui-se qualquer gênero de organização religiosa) – obtemos a nomenclatura comum de classificação do terceiro setor conhecida pela sigla *International Classification of Non-Profit Organizations* (ICNPO). Foi justamente essa nomenclatura que serviu de base à pesquisa internacional sobre o terceiro setor dirigida pela Fundação John Hopkins, no início dos anos 90, que compreendeu 13 países, entre os quais o Brasil. O trabalho de Fernandes (1994) constitui a parte brasileira dessa pesquisa. Esse autor revela os limites de uma tal definição para pensar a realidade de um terceiro setor latino-americano, que aparece extremamente heterogêneo na sua configuração.<sup>2</sup> Sua crítica reside, de modo específico, na desconsideração do critério da informalidade (isto é, da não-institucionalização das iniciativas). Com essa noção de terceiro setor, perde-se de vista um largo campo de iniciativas que desempenham um papel fundamental para amplas fatias da população de países como o nosso. O termo terceiro

**O termo terceiro setor é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, particularmente impregnada pela idéia de filantropia. Essa abordagem identifica o terceiro setor ao universo das organizações sem fins lucrativos.**

<sup>2</sup> Tanto é assim que pensar um terceiro setor latino-americano implica ultrapassar a nomenclatura *ICNPO*. Pensando no caso brasileiro, Fernandes (1994) sugere quatro segmentos principais constitutivos do terceiro setor no nosso país, reunindo organizações as mais diversas. São eles: as formas tradicionais de ajuda mútua; os movimentos sociais e associações civis; as ONGs; e a filantropia empresarial.

setor, portanto, nessa filiação anglo-saxônica, refletiria apenas a ponta do *iceberg* que representa este «mar» de iniciativas não-governamentais e não-mercantis na América Latina.

Portanto, a interpretação do terceiro setor via literatura anglo-saxônica, que é dominante, funda uma verdadeira abordagem específica desse termo, em que sua existência é explicada principalmente “pelos fracassos do mercado quanto à redução das assimetrias informacionais, como também pela falência do Estado na sua capacidade de satisfazer as demandas minoritárias” (LAVILLE, 2000).<sup>3</sup> Vale ressaltar ainda que essa argumentação é desenvolvida sobretudo por economistas de inspiração neoclássica,<sup>4</sup> cujos pressupostos representam o suporte fundamental de uma visão liberal em economia. Nessa perspectiva, o terceiro setor aparece como uma esfera compartimentada, suplementar, *vis-à-vis* do Estado e do mercado. Ele é portanto considerado como um setor à parte, que viria se ajustar funcionalmente às duas formas históricas que constituem o Estado e o mercado. É, portanto, nessa perspectiva de interpretação que o termo terceiro setor aparece, em alguns casos, como justificativa ideológica do desengajamento do Estado em termos de ação pública.

### **O CONTEXTO EUROPEU – A ECONOMIA SOLIDÁRIA VERSUS A ECONOMIA SOCIAL: UM PASSADO COMUM E UM PRESENTE DISTINTO**

Já as noções de economia solidária e economia social, inscrevem-se num contexto europeu mais

<sup>3</sup> Estas são sobretudo as explicações de Hansmann, *Economic theories of nonprofit organizations*, In: *The nonprofit sector. A research handbook*, w.w.Powell (éd.), New Haven, Yale University Press, 1987, e de Weisbrod, *The nonprofit economy*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1988, resumidas por Emé e Laville (2000, op. cit., p.166), que se fundamentaram nos trabalhos de Lewis, *Le secteur associatif dans l'économie mixte de la protection sociale*. In: *Produire les solidarités. La part des associations*, Actes du séminaire organisé par la MIRE-Rencontres et Recherches – avec la collaboration de la Fondation de France –, Paris, MIRE, 1997, e de Nyssens, *Comment les théories économiques expliquent les raisons d'être des associations: une synthèse*, Séminaire de formation pour les dirigeants associatifs, Institut d'Etudes Politiques de Paris, 1998. Emé e Laville insistem na necessidade de ultrapassar a abordagem funcionalista do terceiro setor, discutindo outras abordagens que atribuem ênfase ao “caráter fundamentalmente aberto, pluralista e intermediário do terceiro setor”. Essa preocupação com a fundação de uma nova abordagem do terceiro setor é retomada pelos mesmos autores em Emé e Laville (2000b).

<sup>4</sup> Ver a este respeito, Nyssens, Marthe, *Les approches économiques du tiers secteur – Apports et limites des analyses anglo-saxonnes d'inspiration néo-classique*, In: *Sociologie du Travail*, n.4, vol.42, oct./ déc. 2000.

geral, e francês, em particular. Em contraste, no que se refere à noção de terceiro setor (tipicamente norte-americana), a relação com o Estado social, na Europa, é constitutiva das experiências associativistas, conforme nos lembra Laville.<sup>5</sup> Esta é a razão segundo a qual, pondera esse autor, pensar a idéia de um terceiro setor na Europa implica ultrapassar sua compreensão como “compartimento suplementar da economia”, para enxergá-lo como “um elemento que está em interação histórica constante com os poderes públicos”. Reside aí o papel importante que podem desempenhar essas iniciativas solidárias: na sua capacidade para contribuir com a geração de novos modos de regulação da sociedade, pois elas são capazes de gerar formas inéditas de ação pública, tal como no passado.

Sobre esse aspecto, parece sempre oportuno lembrar o fato de que foram exatamente as experiências associativistas da primeira metade do século XIX, na Europa – em particular, as chamadas sociedades de socorro mútuo – que primeiro conceberam a idéia de uma proteção social. Ou seja, o embrião, em termos de idéia, da concepção moderna de solidariedade via a função redistributiva do Estado, conforme exprime o sistema previdenciário estatal, encontra-se exatamente em algumas práticas de economia social iniciadas na primeira metade do século XIX na Europa, que foram, entretanto, mais tarde, apropriadas pelo Estado.

#### **Um pouco de história...**

De fato, contrastando com a noção de terceiro setor, as noções de economia social e economia solidária são herdeiras de uma tradição histórica comum fundamental. Esta relaciona-se com o movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa, que foi traduzido numa dinâmica de resistência popular, fazendo emergir um grande número de experiências solidárias largamente influenciadas pelo ideário da ajuda mútua (o mutualismo), da cooperação e da associação. Isso, precisamente em razão do fato de que a afirmação da utopia de um mercado auto-regulado

<sup>5</sup> Rencontre débat avec J.-L.Laville - autour de l'économie solidaire et sociologie de l'association. *Revue du GERFA* (Groupe d'études et recherche sur le fait associatif), n.1, Paris, printemps, 2000, p.113.

nesse momento histórico gerou um debate político sobre a economia ou as condições do agir econômico. Um debate que fora particularmente incitado por essas iniciativas associativistas, que, ao recusarem a autonomia do aspecto econômico nas suas práticas, em face dos demais aspectos – social, político, cultural, etc. – ficaram mais conhecidas sob a rubrica de economia social. Do mesmo modo, ao simbolizarem, na sua prática, um ideal de transformação social que não passava pela tomada do poder político via aparelho do Estado – mas pela possibilidade de multiplicação das experiências, com isso colocando o horizonte de construção de uma hegemonia no próprio modo como se operava a economia, isto é, no modo como se reproduziam as condições de produção – tornaram-se também conhecidas sob a expressão de socialismo utópico. Vale lembrar que essa expressão se vulgariza no discurso marxista para fazer oposição a uma outra:

socialismo científico. Ambas as expressões refletem assim dois modos distintos de conceber a transformação do sistema capitalista.

Importa precisar que a dimensão política (ou esse aspecto da luta política), própria das experiências de economia social na sua origem, diz respeito à questão do direito ao trabalho. Isso porque as iniciativas gestadas no seio dessa economia social nascente aparecem como alternativas, em termos de organização do trabalho, àquela proposta pela forma dominante de trabalho assalariado instituída pelo princípio econômico que começava a se tornar hegemônico, imposto pela empresa capitalista nascente. As condições de pauperização que marcavam a vida de amplas parcelas da população na Europa nesse momento se deviam à superexploração do trabalho, no contexto de nascimento do capitalismo, bem como ao desemprego que grassava.<sup>6</sup>

Compreendidas, portanto, como iniciativas oriundas dos setores populares, combinando, ao mesmo

tempo, na sua ação organizacional, uma dimensão social e uma dimensão econômica sob um fundo de luta política, essas experiências modificam aos poucos o conteúdo de sua prática, ou seja, mudam de fisionomia ao longo da história. Isso, precisamente em razão de um forte movimento de especialização e de profissionalização gestuária, que se funda sobre lógicas funcionais impostas pelos poderes públicos ou que se tomam emprestadas à esfera

mercantil. As ações empreendidas nessa dinâmica associativista ganharam progressivamente o reconhecimento dos poderes públicos, o que resultou na elaboração de quadros jurídicos que tanto conferiram existência legal às iniciativas como contribuíram para separar o que o movimento associacionista original queria reunir (LAVILLE, 2000). É nessa dinâmica que aparecem os estatutos de organização cooperativa, mutualista e associativa. Essa fragmentação da economia social em es-

tatutos jurídicos específicos consolida-se aos poucos, durante a segunda metade do século XIX e na passagem para o século XX, refletindo, nesse movimento, a tendência dessas organizações a se isolarem em função dos seus respectivos estatutos jurídicos e, ao mesmo tempo, a se integrarem ao sistema econômico dominante. As cooperativas inserem-se assim amplamente na economia mercantil, ocupando principalmente aqueles “setores de atividade nos quais a intensidade capitalística permanecia fraca” (LAVILLE, 2000:532), e as organizações mutualistas são quase que integralmente incorporadas à economia não-mercantil praticada pelo Estado. Essa dinâmica organizacional reflete, portanto, do ponto de vista interno, a própria mudança no perfil dos quadros que a constituem: os militantes políticos, embalados pelos ideais de um vigoroso movimento operário, pouco a pouco são substituídos por profissionais de forte caráter tecnoburocrático, cuja presença passa a ser hegemônica nessas organizações. A dimensão técnica ou funcional da organização passa então a primar sobre seu projeto político.

**As iniciativas gestadas no seio dessa economia social nascente aparecem como alternativas, em termos de organização do trabalho, àquela proposta pela forma dominante de trabalho assalariado instituída pelo princípio econômico que começava a se tornar hegemônico, imposto pela empresa capitalista nascente.**

<sup>6</sup> Sobre essa temática da superexploração do trabalho e das condições de vida da classe operária nos primórdios do capitalismo, existe uma ampla historiografia sociológica disponível, sobretudo de autores marxistas.

A perspectiva de uma economia solidária desapparece assim num primeiro e longo momento, assistindo-se ao desenvolvimento, no seu lugar, de uma economia social que se torna altamente institucionalizada ao longo do século XX – seu papel praticamente se limita àquele de uma espécie de apêndice do aparelho do Estado. As organizações da chamada economia social hoje, na França, por exemplo, como alguns grandes bancos, hospitais, ditos cooperativas ou organizações mutualistas, representam grandes estruturas tecnoburocráticas que dificilmente se distinguem, na sua dinâmica de funcionamento, de uma empresa privada ou pública.

Economia solidária e economia social remetem hoje, portanto, como ilustra o caso francês, a dois universos distintos de experiências. O termo economia social serve, inclusive, para designar, de um ponto de vista jurídico, o universo constituído por quatro tipos organizacionais fundamentais: as cooperativas, as organizações mutualistas, as fundações e algumas formas de associação de grande porte. É justamente em relação às características atuais assumidas pela economia social que vem se demarcar a noção de economia solidária, pela afirmação da dimensão política na sua ação. O que nos leva a defini-las como experiências que se apoiam sobre o desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos sociais, concorrendo ainda para a afirmação de ideais de cidadania. Para Laville (1999), isso implica um processo de “democratização da economia a partir de engajamentos cidadãos”. A economia solidária pode ser vista assim como um movimento de renovação e de reatualização (histórica) da economia social.

### **A especificidade da idéia de economia solidária**

Assim, com a noção de economia solidária, a questão que se coloca é aquela de um novo relacionamento entre economia e sociedade. Se certas características organizacionais particulares (notadamente no que se refere ao aspecto democrático da organização do trabalho) são sublinhadas na apreensão desse termo, trata-se aqui, entretanto, sobretudo da inscrição sociopolítica das experiências que fundam essa noção. Esta é a razão pela qual enten-

demos que, para além de um conceito servindo para a identificação de um certo número de experiências com um estatuto diferente daquele da empresa capitalista, a noção de economia solidária remete a uma perspectiva de regulação, colocada como uma questão de escolha de um projeto político de sociedade. Isso, em função precisamente da dimensão histórica desse fenômeno e das suas características fundamentais. Portanto, admitir a possibilidade de uma outra forma de regulação da sociedade através da idéia de economia solidária, significa reconhecer uma outra possibilidade de sustentação das formas de vida de indivíduos em sociedade, não-centrada nas esferas do Estado e do mercado.

Esse aspecto merece um maior esclarecimento aqui.<sup>7</sup> Defendemos a tese de que se elabora uma outra forma de regulação da sociedade através desse fenômeno (mesmo que ainda de forma modesta hoje), pois ele articula diferentes racionalidades e lógicas na sua ação, com suas múltiplas fontes de captação de recursos. Trata-se aqui de um dos traços característicos do fenômeno chamado de hibridação de economias, isto é, a possibilidade de combinação de uma economia mercantil, não-mercantil e não-monetária. Isso porque, nessas iniciativas de economia solidária, em geral existem, ao mesmo tempo: venda de um produto ou prestação de um serviço (recurso mercantil); subsídios públicos oriundos do reconhecimento da natureza de utilidade social da ação organizacional (recurso não-mercantil); e trabalho voluntário (recurso não-monetário). Essas experiências lidam portanto com uma pluralidade de princípios econômicos, uma vez que os recursos são oriundos do mercado, do Estado e da sociedade, via uma lógica de dívida<sup>8</sup> (FRANÇA, DZIMIRA, 1999) Mas além desse aspecto da hibridação de economias, um outro forte traço característico vem marcar as iniciativas de economia solidária, contribuindo também com a afirmação de um outro modo de regulação da vida de grupos sociais em sociedade, que consideramos inerente a esse fenômeno. Trata-se do que

<sup>7</sup> Conforme já tratamos em outros trabalhos. Ver França (2001a) e (2001b).

<sup>8</sup> Tratamos da temática da dívida a partir do seu conceito antropológico, tal como originalmente desenvolvido por Marcel Mauss, em outros trabalhos. Ver França e Dzimira, 1999 e 2000.

chamamos de construção conjunta da oferta e da demanda. Ou seja, diferentemente do que ocorre na lógica da economia de mercado, que funciona na base de uma separação abstrata entre oferta e demanda (que supostamente viriam a se harmonizar por obra e graça divina, da tão sonhada mão invisível smithiana, o que, entretanto, nem sempre acontece na realidade), no caso da economia solidária a oferta ou os serviços prestados através das iniciativas vinculam-se exclusivamente às necessidades ou demandas reais vividas localmente pelas populações. Portanto, o motor da geração de atividades econômicas ou da criação de oferta não é a lógica de rentabilidade do capital investido na ação, mas o desejo de atendimento das reais necessidades/demandas exprimidas pelos grupos locais. A idéia de economia solidária reflete assim a própria ação desses grupos locais na sua tentativa de autogeração de riqueza, ou seja, de tentativa de resolução das suas problemáticas sociais.

Na prática, pois, o termo economia solidária identifica hoje uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade.<sup>9</sup> O fato é que se vêm verificando a emergência e desenvolvimento de um fenômeno

**Na prática, o termo economia solidária identifica hoje uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade. O fato é que se vêm verificando a emergência e desenvolvimento de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas.**

de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas. São as chamadas iniciativas locais na Europa. Elas assumem, na maioria dos casos, a forma associativa e buscam responder a certas problemáticas locais específicas. Essa expressão, “economia solidária”, vem assim, num primeiro momento, indicar a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade. E, ainda, sugerir, com essas experiências, a inscrição da solidariedade no centro mesmo da elaboração coletiva de atividades econômicas.

Busca-se, portanto, neste texto, com base nessa noção de economia solidária, uma tentativa de problematização dessas novas práticas organizativas, a partir de um quadro de referências bem preciso: o de uma reflexão sobre as relações entre democracia e economia, que se inspira amplamente dos trabalhos de Karl Polanyi (1983).<sup>10</sup> Com essa noção, abre-se uma perspectiva descritiva e compreensiva de pesquisa, que remete à análise de realizações que, em diferentes partes do mundo, representam hoje milhares de experiências e dezenas de milhares de assalariados e de voluntários implicados (EME, LAVILLE, 1996).

<sup>9</sup> Essas novas formas de solidariedade fazem alusão à iniciativa cidadã, em oposição, ao mesmo tempo, às formas abstratas de solidariedade praticadas historicamente pelo Estado, de um lado, e às formas tradicionais de solidariedade marcadas pelo caráter comunitário. Neste sentido, estamos diante de um fenômeno efetivamente inédito, segundo nossa hipótese, pois essas experiências não parecem se orientar segundo o registro de uma socialidade típica da *Gemeinschaft* (comunidade), princípio comunitário (Tönnies), ou seja, uma socialidade comunitária (Weber), ou, ainda, uma solidariedade mecânica característica das sociedades tradicionais (Durkheim). De fato, se um tipo de dinâmica comunitária marca essas experiências, sua expressão não parece se identificar com o registro de um comunitarismo herdado (como consideram A.Caillé e J.-L.Laville) : “na medida em que ela emana de um comunitarismo muito mais escolhido como referência coletiva a um bem comum do que imposto pelo costume” (prefácio a *Don et économie solidaire*, França e Dzimir, 2000). Além disso, o caráter inédito dessas novas formas de solidariedade reside ainda na afirmação de uma tal dinâmica comunitária no seio de uma sociedade em que as relações se caracterizam primeiro por uma solidariedade orgânica (Durkheim) ou pela *Gesellschaft* (sociedade), pelo princípio societário (Tönnies), ou, ainda, pela socialidade societária (Weber). Dito de outro modo, se tais experiências se abrem sobre o espaço público ao elabora-

rem-se atividades econômicas que visam afrontar problemas públicos, mesmo comportando uma dinâmica comunitária, dificilmente tais iniciativas podem, portanto, serem associadas a formas tradicionais de organização. Não estariam elas, assim, constituindo uma espécie de “espaço público de proximidade”? Vale ressaltar ainda, e em todo caso, que este campo da economia solidária circunscreve um universo específico de experiências no domínio das novas formas de solidariedade.

<sup>10</sup> Em especial, *La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps*, Gallimard, Paris, 1983. Nessa obra notável, do início da década de 50, Polanyi sustenta que a grande transformação que conhecem as economias ocidentais nos anos 30 reside na reimbricação da economia no social, pela via da regulação da produção e da circulação de riquezas operada pelo Estado-providência, hoje em crise. A “grande transformação” introduzida pela modernidade, nos parece residir muito mais no processo de autonomização do mercado em relação aos demais princípios do comportamento econômico, como a “administração doméstica”, a “redistribuição” e a “reciprocidade”. Essa ruptura produzida pela modernidade é acompanhada de um “desencantamento do mundo”, de uma objetificação das relações sociais ou, ainda, de uma despersonalização das relações econômicas, que o fenômeno da economia solidária visa justamente tornar mais humanas.

## Contexto e delineamento de um fenômeno

Como fenômeno, a emergência de uma economia solidária está intimamente ligada à problemática de uma exclusão social crescente – que se define cada vez mais como questão urbana –, num contexto atual, mas que remonta aos anos 1980, de crise do Estado-providência.<sup>11</sup> A realidade de uma economia solidária vem assim se posicionar num contexto de falência dos mecanismos de regulação econômico-política da sociedade. Esses foram fundados, historicamente, em torno de duas esferas principais de organização das relações político-econômico-sociais – o Estado e o mercado – encontrando no trabalho, no sentido moderno do termo, ou seja, na relação salarial, sua estruturação fundamental. Poderíamos assim propor a leitura do contexto atual de uma economia solidária em termos de crise do trabalho, ou melhor, em termos dos limites da chamada sociedade salarial, para retomar o diagnóstico de Castel (1995). Mas poderíamos ainda diagnosticar essa situação em termos de crise do equilíbrio fordista – se quisermos empregar uma expressão mais conhecida dos economistas. O fenômeno da economia solidária se apresenta, portanto, a nosso ver, numa perspectiva de busca de novas formas de regulação da sociedade.

Retornando à definição para afiná-la, diríamos, em resumo, que a emergência de uma economia solidária (ou sua noção) traduz-se, na Europa, por uma florescência de práticas socioeconômicas visando propor (a partir de iniciativas locais) serviços de um tipo novo, designado sob o termo “serviços de proximidade” ou “serviços solidários”. Para alguns, esse termo alude a um conjunto de serviços (outrora unicamente produzidos no seio da esfera doméstica) como ajuda em domicílio, jardinagem, consertos domésticos (bricolage), etc. e, para outros, a atividades recém-inventadas, como é o caso dos serviços que giram em torno

da questão da “mediação social” nos bairros, geralmente vinculados à idéia de melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente local (LAVILLE, 1992). Foi justamente nos trabalhos em que descreveram essas práticas/experiências, articulando um modo de compreendê-las e apreender a singularidade desse fenômeno, que Laville e Eme forjaram a noção de economia solidária no início dos anos 1990.

Assistimos assim (do ponto de vista das implicações organizacionais) ao nascimento de iniciativas locais portadoras de um caráter novo, relativo, ao mesmo tempo, a seu modo de funcionamento e sua finalidade. Pois, essas experiências reúnem usuários, profissionais e voluntários, preocupados em articular criação de emprego, reforço da coesão social e geração de atividades econômicas com fins de produção do chamado liame social. As formas assumidas pelas experiências de economia solidária na Europa são bastante diversas: de creches parentais, passando por empresas sociais, sociedades de crédito, até os chamados clubes de troca ou organizações de autoprodução coletivas.<sup>12</sup>

Em síntese, portanto, se o termo economia solidária surge apenas recentemente, sua característica fundamental – a articulação entre as dimensões econômica, social e política – já se encontrava presente nos ideais e práticas da chamada economia social nos seus primórdios, sendo mais tarde esquecida, conforme tratamos anteriormente. Isso nos leva a concluir que o projeto atual de uma economia solidária parece refletir uma espécie de reatualização do ideário original da economia social. Ela é, talvez, uma nova economia social.

## A IDÉIA DE ECONOMIA POPULAR ENTRE FORMAS DE SOBREVIVÊNCIA E MODOS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVO-DEMOCRÁTICOS – UMA REFERÊNCIA LATINO-AMERICANA

Própria do contexto latino-americano, que não possui a mesma configuração de Estado social típi-

<sup>11</sup> A problemática da economia solidária aparece amplamente articulada à realidade da chamada nova questão social nos principais países europeus, como é o caso da França em especial. A esse respeito ver, entre outros, os trabalhos de Jacques Donzelot (1991 e 1994) e Pierre Rosanvallon (1995). Propomos ainda uma síntese desse debate nos dois primeiros capítulos do nosso trabalho de tese (ver FRANÇA, 2001a).

<sup>12</sup> Dada a heterogeneidade de iniciativas nesse universo da economia solidária na Europa e na França em particular, propusemos, em trabalhos anteriores, uma tipologia das formas de manifestação desse fenômeno, considerando quatro campos principais de iniciativas: o comércio justo, as finanças solidárias, as empresas sociais e a economia sem dinheiro (FRANÇA, 2001b).

ca da tradição européia, a noção de economia popular é utilizada, na maioria das vezes, para identificar uma realidade heterogênea, um processo social que pode ser traduzido pela “aparição e expansão de numerosas pequenas atividades produtivas e comerciais no interior de setores pobres e marginais das grandes cidades da América latina” (RAZETO, 1991). Os biscates ou ocupações autônomas, as microempresas familiares, as empresas associativas ou, ainda, as organizações econômicas populares (OEP), constituem alguns dos exemplos de iniciativas desse universo.

Em se tratando de economia popular, e essa é uma característica fundamental que, a nosso ver, merece ser destacada, o registro da solidariedade permanece a base fundamental sobre a qual se erguem ou, melhor, se desenvolvem as atividades econômicas. Essas iniciativas representam, de um certo modo, um prolongamento das solidariedades ordinárias (isto é, aquelas que se praticam no cotidiano mesmo da vida no interior dos grupos primários). Parece residir precisamente neste aspecto o traço maior característico dessa economia popular. Ou seja, ela encontra no tecido social local ou comunitário, nas práticas de reciprocidade, os meios necessários para a criação de atividades.

Dito de outro modo, com o conceito de economia popular trata-se, segundo nosso entendimento, da produção e desenvolvimento de atividades econômicas calcadas numa base comunitária, o que implica uma articulação específica entre necessidades (demandas) e saberes (competências) no plano local. Tal dimensão comunitária na ação comunitária, ou essa economia popular, articula-se em alguns casos com o plano institucional. Isso acontece, particularmente, nos casos em que o poder público reconhece o saber popular e tenta apoiá-lo sob a forma de assessoria técnica, que, na prática, muitas vezes acaba funcionando como modo de instrumentalização das experiências populares. A tradição do recurso ao *mutirão* nas práticas de organização e de produção dos grupos populares, muito comum na nossa realidade, pode

ser considerada como caso ilustrativo dessa articulação entre necessidades (demandas) e saberes (competências). O *mutirão* é um sistema de auto-organização popular e comunitária para a realização e a concretização de projetos, que consiste em associar o conjunto dos membros de uma comunidade na execução dos seus próprios projetos coletivos.

**O *mutirão* é um sistema de auto-organização popular e comunitária para a realização e a concretização de projetos, que consiste em associar o conjunto dos membros de uma comunidade na execução dos seus próprios projetos coletivos.**

### **Economia popular e economia informal como expressões distintas**

Se a referência ao tecido social local e a suas práticas de reciprocidade como meio de elaboração de atividades econômicas é o que marca ou define a própria idéia de economia popular, reside precisamente neste aspecto a possibilidade de sua distinção em relação à noção de economia informal.<sup>13</sup>

De fato, essa distinção deve ser sublinhada.<sup>14</sup> A economia informal assume, na maioria dos casos, a forma de microprojetos individuais, conformando uma espécie de simulacro precário das práticas mercantis oficiais e não apresentando, desse modo, uma articulação com uma base social local precisa ou com um saber ancestral. Entretanto, uma tal distinção aparece, na maioria das vezes, de modo bastante sutil à primeira impressão, sendo a economia informal e a economia popular comumente percebidas como expressões sinônimas e, isso, em razão do caráter de movimento multiforme próprio à idéia de economia popular. Esta última compreende um amplo leque de iniciativas socioeconômicas, mais ou menos autocentradas ou heterocentradas (voltada para fora dela própria como organização). Isto é, oscilando de simples formas de sobrevivência dos mais pobres (marcados por um alto grau de

<sup>13</sup> Para uma apreciação mais detida acerca dessa noção ver Lautier (1994) e Kraychete (2000).

<sup>14</sup> Do mesmo modo que aquela entre economia popular e economia subterrânea ou oculta. Esta funciona na maioria dos casos sob o registro da violência: trata-se em geral de formas de organização despóticas repousando sob modos específicos de solidariedade. Esse esforço de distinção conceitual é particularmente importante de desenvolver, pois alguns poderiam enxergar na organização do tráfico de drogas em certas favelas cariocas, por exemplo, os sinais de manifestação de uma economia popular.

precariedade institucional) até a idéia de modos de organização democráticos, ou seja, abertos sobre o espaço público – este é, particularmente, o caso de um certo número de experiências de associação e de “cooperativização” encontradas hoje.

Os desafios em torno desse universo da economia popular tornam-se mais claros no debate em que se contrapõem, de um lado, uma visão que o associa, ou melhor, o reduz à idéia de uma estratégia de sobrevivência – o que significa interpretá-la como amortecedor dos efeitos da crise – e, do outro lado, sua compreensão como motor do desenvolvimento.

Neste sentido, é o próprio debate sobre a noção de desenvolvimento que está em questão. A capacidade que terá essa economia popular para se constituir como um setor ao mesmo tempo autônomo e interdependente relativamente às esferas dominantes (Estado e mercado) está intimamente ligada, a nosso ver, à formulação de uma visão de desenvolvimento que possa se assentar sobre uma concepção plural da economia.<sup>15</sup> Porém, não nos encontramos exatamente nesse quadro. As concepções dominantes do desenvolvimento, em que a ênfase é posta na centralidade do mercado, privilegiando-se a idéia de crescimento econômico, atribuem a essa economia popular um lugar bastante subordinado na dinâmica socioeconômica mais geral: sua representação é comumente associada à idéia de uma espécie de “economia dos centavos” ou de uma “economia dos pobres”, destituída, portanto, de um alcance transformador maior.

A esse respeito torna-se instrutivo observarmos como certos discursos se reelaboram, sobretudo no seu sentido mais retórico, na busca de novos padrões de legitimidade em face das transformações em curso. Esse é particularmente o caso da visão dos economistas mais convencionais, em geral de inspiração neoclássica, que sempre desconheciam essa distinção entre economia informal e economia popular, desprovidos, como habitualmente o são, de uma visão sociopolítica dos fenô-

menos produtivos. Pensando economia informal e economia popular do mesmo modo, mas privilegiando a primeira rubrica, a perspectiva liberal tem elaborado novas estratégias em relação a essa questão, tal como aparece recentemente no discurso de certas instituições internacionais. A esse respeito, a observação lançada por Lautier (1995) parece particularmente esclarecedora do jogo político subjacente a essa discussão. Para esse autor, depois que as grandes instituições financeiras internacionais, tais como FMI e Banco Mundial, se deram conta dos limites do mercado na sua capacidade de satisfazer necessidades, a imagem de uma economia informal, “que estava carregada de todos os vícios” (fraca produtividade, baixos níveis de rendimento, evasão fiscal, condições de trabalho penosas, ausência de proteção social, etc.), subitamente ampara-se de todas as virtudes (motor de geração de emprego e de renda, substituto de um Estado à bancarrota, lugar de desenvolvimento da solidariedade, etc.). “Ela está, para o Banco Mundial, no centro da luta contra a pobreza” (LAUTIER, 1995:32).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir, portanto, que as diferenças entre esses termos estão relacionadas ao próprio contexto ou lugar socio-histórico onde foram elaborados. A banalização do termo terceiro setor deve-se, desse modo, à própria influência política e cultural do contexto norte-americano, que hoje se impõe ao resto do mundo.

Parece-nos instrutivo notar, assim, que cada termo sugere uma abordagem específica sobre o papel dessas organizações que não são nem públicas nem privadas (ou são as duas coisas ao mesmo tempo). O que então nos parece problemático no conceito de terceiro setor, muito largamente empregado? Em primeiro lugar, conforme visto, a perspectiva anglo-saxônica pensa a solidariedade sobretudo nos termos da filantropia, que representa apenas uma forma específica de manifestação solidária, o que elimina qualquer possibilidade de compreensão das mais diversas formas de auto-ajuda, de reciprocidade, assim como da própria lógica da dádiva, que são muito presentes na manifestação

<sup>15</sup> Nossa discussão sobre a economia plural se coloca em termos de revisão dos pressupostos habituais de explicação do caráter e natureza da atividade econômica, particularmente daquele que a reduz à idéia de (ou ao princípio do) mercado auto-regulado. Nós nos posicionamos aqui numa perspectiva de antropologia econômica, especialmente inspirada nos trabalhos de Polanyi. Sobre esse ponto, ver França (2001a e 2001b).

dos fenômenos de solidariedade em contextos os mais diversos.<sup>16</sup>

Em segundo lugar, o que nos parece também problemático na definição habitual de terceiro setor é a ênfase atribuída ao suposto caráter funcional que deve ocupar esse espaço de atividades e iniciativas. Daí o fato mesmo de sua qualificação como “setor”. Um “setor” à parte, terceiro portanto, que viria representar uma forma de ajuste do sistema capitalista mais geral, que seria, nessa visão, constituído fundamentalmente pelo Estado e pelo mercado. Isso significa esquecer-se do que se elabora fora dessas instâncias, ou seja, na própria esfera da sociedade. Neste modo de visão funcionalista, o papel do terceiro setor aparece subordinado às duas outras esferas. Seu sentido é o de preenchimento das lacunas abertas deixadas pelo Estado e mercado na sua capacidade de satisfazer necessidades, e seu papel é suplementar na economia – existiria a reboque dessas duas instâncias principais.

Trata-se assim de um ângulo de visão que privilegia largamente um enfoque econômico de análise do terceiro setor, refletindo apenas uma realidade parcial desse âmbito de experiências. Isso implica dizer que, se a expressão terceiro setor não deve ser abolida, sua compreensão pode ser complexificada. O termo terceiro setor convida, segundo nosso entendimento, à sua desconstrução, à elaboração de novos modos de interpretá-lo. Dito de outro modo, para além de uma abordagem funcionalista ou economicista do terceiro setor, parece-nos bastante instrutiva a adoção de uma perspectiva ou de um enfoque sociopolítico. Neste caso, devemos considerar esse espaço que não é nem mercantil nem estatal como um componente do espaço público, o que sugere uma idéia bastante inovadora: as atividades econômicas devem ser pensadas também como um problema da sociedade, como um problema de espaço público. Desse modo, pretende-se revisitar o sentido origi-

nal da própria idéia de economia. Ou seja, se a economia pode ser entendida como uma forma de produção e distribuição de riqueza, esta não se esgota na lógica mercantil. Ao contrário, o mercado auto-regulado aparece como apenas uma forma possível de alocação de recursos ou de produção e distribuição de riqueza, isto é, apenas um princípio econômico possível, ao lado de outros como a redistribuição estatista e a própria reciprocidade. Assim,

ao invés de reduzirmos o conceito de economia à idéia de mercado, parece-nos mais adequado defini-la em termos de economia plural. Ou seja, uma definição de economia que admite uma pluralidade de princípios do comportamento econômico. Desse modo, torna-se possível reconhecer, avaliar e compreender de modo mais adequado, sobretudo em sociedades como a nossa, o que se produz fora do circuito do Estado e do mercado, muitas vezes de maneira não-monetarizada

e que, por isso mesmo, em geral é avaliado de modo depreciativo. Essa é particularmente uma das formas de colocar a questão da economia solidária e as novas tendências de desenvolvimento da economia popular, ou seja, as formas de organização do trabalho que tentam articular diferentes registros da ação econômica ou três formas de economia: mercantil, não-mercantil e não-monetária. Nossa argumentação aqui pretende, desse modo, ultrapassar a idéia de economia de mercado como fonte única de riqueza, mas também condenar a redução das demais dimensões econômicas à condição de formas parasitárias desta última. Esta visão mais larga da economia implica, pois, enxergar estes três pólos na sua complementaridade, como, ao mesmo tempo, criadores e consumidores de riqueza. Nesta maneira de olhar a economia, sua redução à idéia exclusiva de mercado tornando-se insustentável, é o mito do progresso, a crença no crescimento econômico como fonte exclusiva do desenvolvimento e da felicidade que são questionados.

Nesse novo enfoque, não se trata de considerar, portanto, o terceiro setor como um setor inde-

**Devemos considerar esse espaço que não é nem mercantil nem estatal como um componente do espaço público, o que sugere uma idéia bastante inovadora: as atividades econômicas devem ser pensadas também como um problema da sociedade, como um problema de espaço público.**

<sup>16</sup> Para uma discussão específica sobre a lógica da dívida articulada à noção de economia solidária, ver França e Dzimira, 1999 e 2000.

pendente, à parte, com uma função apenas de ajuste social dentro do sistema, mas “um espaço intermediário na interseção do Estado, do mercado e do setor informal. Religando esses diferentes espaços, combinando diversos recursos e racionalidades sociais, ele se caracteriza pela diversidade dos modos de hibridação implantados pelas associações que o constituem” (EVERS, 2000:567). Nesta outra perspectiva de compreensão do terceiro setor, tenta-se sublinhar a vocação de muitas dessas iniciativas a interagir com as esferas do Estado e do mercado (em lugar de constituírem um setor independente, mais um), mas numa perspectiva de subordinação da lógica mercantil ou burocrática ao projeto associativo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARCHAMBAULT, E. *Le secteur sans but lucratif en France*. Paris: Economica, 1996.
- BORZAGA, C. *Il terzo sistema: una nuova dimensione della complessità economica e sociale*. Padova: Padova Fondazione Zancan, 1991.
- CASTEL, R. *Les metamorphoses de la question social*. Une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995.
- CAILLE, A. *Anthropologie du don, le tiers paradigme*. Paris: Desclée de Brouwer, 2000. (Col. Sociologie économique).
- DONZELOT, J. (Org.). *Face à l'exclusion: le modèle français*. Paris: Esprit, 1991.
- EVERS, A. Les dimensions sociopolitiques du tiers secteur – Les contributions européennes sur la protection sociale et l'économies plurielles. *Revue Sociologie du Travail*, Paris, n.4, v.42, oct./dec. 2000.
- FERNANDES, R. C. *Privado porém público – o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FRANÇA, G.; DZIMIRA, S. *Don et économie solidaire*. Paris: CRIDA/MAUSS, 2000 (Collection La Petite Bibliothèque du MAUSS).
- \_\_\_\_\_. *Economia solidária e dádiva*. *Organizações e Sociedade*, Salvador: EAUFBA, v.6, n.14, jan./abr. 1999.
- FRANÇA, G. (a). *Sociétés en mutation et nouvelles formes de solidarité: le phénomène de l'économie solidaire en question – l'expérience des régies de quartier au carrefour de logiques diverses*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Université Paris VII, 2001.
- FRANÇA, G. (b). *Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da economia solidária em questão (precisões e complementos)*. *Organizações e Sociedade*, Salvador: EAUFBA, v.8, n.20, jan./abril 2001.
- \_\_\_\_\_. *L'économie solidaire au Brésil*. *Revue du GERFA*. Paris: Groupe d'études et recherche sur le fait associatif, n. 2, premier sem. 2001.
- LAVILLE, J. L.; EME, B. *Pour une approche pluraliste du tiers secteur*. *Mana, Revue de Sociologie et d'Anthropologie*, Paris: Presses Universitaires de Caen, n.7 (dossier: France/Brésil - Politiques de la question sociale), p.166, premier sem. 2000.
- \_\_\_\_\_. *Qu'est-ce que le tiers secteur?*. *La Revue du MAUSS*, Paris: La Découverte, semestrielle n.16 (L'autre socialisme - entre utilitarisme et totalitarisme), second sem. 2000.
- \_\_\_\_\_. *Economie plurielle, économie solidaire: précisions et compléments*. *La Revue du MAUSS*, Paris: La Découverte, n.7, 1996. (Vers un revenu minimum inconditionnel).
- \_\_\_\_\_. *Les services de proximité en Europe*. Paris: Syros, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Economie et solidarité: esquisse d'une problématique*. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *L'économie solidaire, une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994. (Col. Sociologie économique).
- \_\_\_\_\_. *Une troisième voie pour le travail*. Paris: Desclée de Brouwer, 1999. (Col. Sociologie économique).
- \_\_\_\_\_. *Le tiers secteur, un objet d'étude pour la sociologie économique*. *Revue Sociologie du Travail*, Paris, n.4, v.42, oct./dec. 2000.
- LAUTIER, B. *L'économie informelle dans le tiers monde*. Paris: La Découverte, 1994. (Collection Repères).
- \_\_\_\_\_. *L'économie informelle: ultime chance du développement?* *Cahiers Marxistes*, Bruxelles, n. 199, p.17, juil./août, 1995.
- MAUSS, Marcel. *L'essai sur le don*. In: \_\_\_\_\_. *Sociologie et anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- NYSENS, M. *Les approches économiques du tiers secteur – Apports et limites des analyses anglo-saxonnes d'inspiration néo-classique*. *Sociologie du Travail*, n.4, v.42, oct./déc. 2000.
- POLANYI, K. *La grande transformation*. Aux origines politiques et économiques de notre temps. Paris: Gallimard, 1983.
- RAZETO, L. *La veine populaire dans l'économie latino-américaine*. *La Revue Nouvelle*, n.2, tome 93, fév. 1991.
- ROSANVALLON, P. *La nouvelle question sociale – Repenser l'Etat-providence*. Paris: Seuil, 1995.
- SALOMON, L.; ANHEIER, H. *In search of nonprofit sector: the quest for definition's*. *Voluntas*, v.3, n.2, p.267-311, 1992.